

Os Álvares da Fonseca entre concessões e sucessões: nobreza da terra, mercês e Guerra Holandesa (1602-1735)

Francisco Alves da
Fonseca Neto

Graduado em História
pela Universidade
Federal da Bahia

Recebido: 12/12/2019
Aprovado: 10/10/2020

RESUMO

O artigo aqui apresentado pretende traçar os caminhos de três troncos familiares Álvares da Fonseca em variados espaços de poder do Império Ultramarino Português. Possuindo em comum o estabelecendo na América Portuguesa a partir das primeiras décadas do século XVII, irão também perpetuar sua descendência em dois ramos principais, entre Sul e Norte. Em sua maioria, através de serviços reais administrativos ou militares, motivados por um contexto de defesa e manutenção do território colonial. As requisições de mercês entre as parentelas irão se perpetuar até o próximo século. As imprecisões que apareceram durante a pesquisa, sobretudo diante da dificuldade de se traçar uma genealogia completa destes ramos Fonseca, tentaram ser superadas ou atenuadas através das fontes presentes no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Digital da Torre do Tombo. Estas foram então associadas com outros recursos e fontes de pesquisa genealógica, que uma vez contextualizadas, foram de grande utilidade para a construção dos resultados aqui apresentados.

PALAVRAS-CHAVE:

Genealogia; Mercês; Ordens Militares;

Introdução

*Cedo nam há de haver vilãos
todos del rei, todos del rei.*¹

Parte essencial do estabelecimento de Portugal nos territórios do ultramar se deu na relação de serviços prestados à coroa. Mecanismo este que apresentou como característica o grande fluxo de soldados, ministros e cargos administrativos entre os diversos pontos do ultramar luso, cristalizando uma noção de nobreza cada vez mais voltada ao mérito, e em seu reconhecimento pautado na distribuição de mercês. Tal prática na colônia, motivou a criação pela historiografia de uma nova caracterização do “ser nobre”, não mais necessariamente vinculada às antigas vertentes europeias.

Seguindo essa orientação se contextualiza a origem e estabelecimento, neste lado do atlântico, dos três troncos Fonseca aqui analisados, bem como de seus descendentes. O primeiro, se tratou de Francisco Álvares da Fonseca (1572-1641)² e João Álvares da Fonseca (1584-circa 1650). Ambos formam o que se pode chamar de “primeira geração” no Brasil. Representam também os dois principais fluxos de descendência da parentela entre Sul (Rio de Janeiro) e Norte (Pernambuco e Bahia). Em seguida, Luís Álvares da Fonseca (1617-?) é o primeiro de ao menos três gerações em serviços no Rio de Janeiro, formando uma segunda vertente. A terceira se constituiu pela geração de dois irmãos pernambucanos, o tenente Vicente Álvares da Fonseca (c. 1680-?) e o padre do hábito de Dom Pedro Manoel Álvares da Fonseca (c.1680-?), com parte de suas ascendências contextualizadas pela dominação holandesa.

As próximas gerações e demais constituições de suas parentelas, diante de algumas esperadas lacunas genealógicas, vão conservar em boa medida o *ethos* destes grupos: um forte caráter militar e de serviços à coroa. Abaixo segue uma tabela das ocupações exercidas entre a primeira metade do XVII e meados do XVIII:

Tabela 1 – Patente militar, mercê ou ofício régio exercido

NOME	DATA / CAPITANIA	OCUPAÇÃO OU MERCÊ CONCEDIDA
Francisco Álvares da Fonseca	1602 / Rio de Janeiro	Escrivão da Ouvidoria e Execuções
Diogo da Fonseca (1604-1686)	? / Rio de Janeiro	Capitão
João da Fonseca Coutinho	1637 / Rio de Janeiro	Escudeiro e cavaleiro fidalgo da Casa Real
João da Fonseca Coutinho (II)	1696 / Rio de Janeiro	Escudeiro e cavaleiro fidalgo da Casa Real

1 Gil Vicente, *Auto dos Almocreves*, 1526, vv. 300-301, http://www.gilvicente.eu/autos/textos/Auto_dos_Almocreves.html, acesso em 04/11/2020

2 Carlos Grandmasson Rheingantz, *Tomo I de Primeiras Famílias do Rio de Janeiro – Séculos XVI e XVII*, 1965, Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, p. 65, 117, 179 e 253.

Sebastião da Fonseca Coutinho	1700 / Rio de Janeiro	Escudeiro e cavaleiro... / Tenente-Coronel
José da Fonseca Coutinho	1725 / Rio de Janeiro	Escrivão das Execuções e Ouvidoria-Geral
Luís Álvares da Fonseca	1649 / Rio de Janeiro	Inquiridor, Distribuidor e Contador
João Pinto da Fonseca	1702 / Rio de Janeiro	Escrivão da Correição / Sargento-Mor
Manoel Álvares da Fonseca	1710 / Rio de Janeiro	Capitão de Infantaria
João Álvares da Fonseca	1620 / Pernambuco	Sargento-Mor
Jorge da Fonseca Coutinho (c.1620-?)	1635 / Pernambuco	Capitão
Vicente Álvares da Fonseca (c.1690-?)	1737~1744 / Ceará	Tenente; Sesmeiro no Ceará, de Olinda
Manoel Álvares da Fonseca (c.1690-?)	1735 e 1737 / Ceará	Padre; Sesmeiro no Ceará, natural de Olinda
Antônio Alves da Fonseca (1718-?)	1754 / Pernambuco	Capitão de Infantaria
Manoel Alves da Fonseca (c.1720-?)	1757 / Rio Grande	Alferes; Sesmeiro no Rio Grande do Norte

Fonte: Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Cx 26, doc. 5928; Portugal, AHU, Cx. Cx. 2 Doc. 154; Portugal, AHU, Cx. 5, Doc. 650; Portugal, AHU, Cx. 3 Doc. 218; Portugal, AHU, Cx. 11, Doc 1090; Portugal, AHU, Cx 05, Doc. 6438; Portugal, AHU, Cx 10, Doc 643 (Projeto Resgate); Portugal Arquivo Nacional da Torre to Tombo (PT ANTT), *Registro Geral de Mercês*, Liv 16, f. 88v-89v.

1. Provável origem: os Fonseca Coutinho

Antes de tratar mais especificamente da trajetória dos “dois primeiros”, Francisco e João Álvares da Fonseca, é oportuno explorar suas muito prováveis origens comuns. Fato que parece ainda não ter sido apontado em nenhum trabalho historiográfico ou genealógico. Seus primeiros registros no Brasil datam da primeira metade do século XVII. Se referem às mercês recebidas, respectivamente, de escrivão da ouvidoria do Rio de Janeiro em 1602³ e Sargento-mor de Pernambuco em 1620⁴. As particularidades em comum irão também além do sobrenome e do período que se estabelecem no Brasil. Ambos irão exercer o fôro de *cavalleiro fidalgo da casa de Vossa Magestade* (o pai de João, Jorge Álvares de Affonseca também consta ter sido fidalgo da casa real⁵) bem como ambos terão filhos com o sobrenome Fonseca Coutinho. Percebeu-se então, que este ramo possui uma ascendência amplamente registrada de fidalgos portugueses, sobretudo graças ao trabalho realizado pelo bacharel e genealogista Manuel José da Costa Felgueiras Gaio (1750-1831).

³ Portugal, *Carta de Escrivão da ouvidoria do Rio de Janeiro a Francisco Álvares da Fonseca*, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) (Lisboa), 4 mar.1602.

⁴ Portugal, *Carta de Sargento-mor de Pernambuco a João Álvares da Fonseca*, BNP (Lisboa), 13 nov. 1620.

⁵ Jorge Álvares da Fonseca... Disponível em: <http://pagfam.geneall.net/52/pessoas.php?id=1077567> . Acesso em 20/02/2020

Se trata, mais especificamente de sua volumosa e audaciosa obra *Nobiliário de Famílias de Portugal*⁶. Nela, Gaio tentou abranger as origens das centenas de famílias de origem considerada “nobre” do reino de Portugal. Mesmo que possam estar presentes indeterminações, se torna uma ferramenta fundamental para quem deseja explorar os caminhos e fluxos de descendência das mais diversas linhagens.

Através dela se chega ao primeiro ponto relevante para o presente tópico. Coutinhos e FONSECAS possuem, em suas origens, um compartilhamento de descendência, espaços e posições/títulos na corte⁷. Vejamos o que Gaio tem a dizer sobre os “fundadores” destas famílias:

Quando o Conde D. Henrique conquistou Lamego lhe pediu Echa Martins último Rey daquela Cidade q repartisse a conquista daquelles lugares entre os Senhores da sua Corte, p.^a q o interesse de os adquerir os obrigace a fazer guerra aos Mouros com o q o estado de Lamego lhe ficava mais seguro por isso o d.^o Rey deo allem de outros a Gracia Rz, e a D.Fayo seu irmão o Couto de Leomil que elles conquistarão das maons dos Mouros: Chronica de Sister Liv. 5 cap. 1.^o pag. 560; nos adeduzimos donde temos notíssia⁸.

Surgiu o Couto de Leomil então, fruto da tomada desta região situada no norte do atual Portugal das mãos mouras. Estava sob primeira administração de Garcia Rodrigues da Fonseca⁹ e seu irmão Paio Rodrigues da Fonseca. A denominação “Coutinho” surgiria a partir de Estevão Martins (ca. 1260)¹⁰, o qual *foi Sr. do Couto de Leomil e por ser de pequena extensão chamaram Coutinhos aos Senhores dele, o que veio a ser apelido*¹¹. Se casou com Urraca Rodrigues da Fonseca, descendente de Mem Gonçalves da Fonseca (1200-?)¹², dando início assim à linhagem dos Fonseca Coutinho.

Mas a partir de que momento “Álvares da Fonseca” se torna variação de sobrenome usada por esta descendência? Primeiramente, deve-se brevemente identificar a etimologia da palavra “Álvares”, elemento novo frente aos previamente apresentados. A mesma, se trata de um Patronímico. O fundador de uma linhagem, transmitia a seu filho(a) uma combinação de seu nome com um dos sufixos ~iz, ~ez, ~es. No caso ibérico, Álvaro dará origem à Álvarez/Álvares (posteriormente Alves). Assim como Bernardo (Bernárdez/Bernardes) e Domingos (Domínguez/Domingues).

Se constituiu, portanto, como uma identificação pessoal a partir do nome do próprio pai. Fenômeno que se difundiu em diversas regiões da Europa na Idade Média, mas que teria operado de maneira mais efervescente e duradoura na Península Ibérica¹³. Monteiro (2008, p. 49) chama a atenção de

6 Cujá versão impressa de 33 volumes, datada entre 1938-1941, está presente na Biblioteca Nacional de Lisboa, inclusive em sua versão digital.

7 De forma que o autor dedica uma seção única de seu trabalho para as duas.

8 Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário de famílias de Portugal*. Braga, Oficinas Gráficas, da Pax, 1938, Tomo X, p. 9.

9 Garcia Rodrigues da Fonseca... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Garcia-Rodrigues-da-Fonseca-senhor-da-Honra-de-Fonseca/6000000000192737854> . Acesso em: 2 dez. 2019.

10 D. Estevão Martins de Leomil... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Estev%C3%A3o-Martins-de-Leomil/60000000003480138129> . Acesso em: 4 dez. 2019.

11 Gaio, *Nobiliário de famílias de Portugal*, Tomo X, p.9.

12 Apesar de Garcia e Paio, primeiros senhores de Leomil, já possuírem o sobrenome Fonseca (sendo este primeiro, senhor da Honra de Fonseca), Gaio afirma que Mem Gonçalves da Fonseca foi o primeiro a adotá-lo e distribuí-lo a seus descendentes. Senhor da Quinta da Fonseca, teria sido filho de Gonçalo Viegas de Riba Douro (1175-?), pertencente a linhagem de uma das grandes famílias da região do Entre-Douro-Minho, extremo noroeste do Portugal atual.

13 Iria Gonçalves, “Do uso do patronímico na Baixa Idade Média portuguesa.” Carlos Alberto Ferreira de

como se tratou de uma prática da nobreza medieval portuguesa (mas não só dela) ao menos desde o século XII:

As distintas linhagens definiam-se, assim, pela sua descendência de um antepassado comum, geralmente por linhas varonis, estando esse elo associado à fixação de um nome de família, frequentemente de origem geográfica (toponímica), mas também em muitos casos com raiz em patronímicos ou, em outros, tendo por base alcunhas do fundador ou fundadores da linhagem.

Através-se assim ao indivíduo uma noção de pertencimento. Monteiro ainda ressalta o papel da Lei Mental de 1438, que renovaria aspectos relacionados às linhagens fidalgas e teria efeito na transmissão de patronímicos. Com o tempo, deixou de ser renovado a cada geração, se estendendo enquanto apelido de família entre os mais variados graus de parentesco. Segundo Gonçalves, por exemplo, a partir de primos descendentes de um avô comum¹⁴.

Foi possível então identificar o momento em que o sobrenome em questão apareceu entre fidalgos portugueses. O ponto de partida se tratou de Álvaro da Fonseca Coutinho¹⁵, nascido entre as últimas décadas do século XV e primeiras do XVI. Mais uma vez utilizaremos Gaio, para explorar sobre ele:

ÁLVARO DA FONSECA COUTINHO filho de era natural de Lamego veio viver a cidade de Braga onde casou (casou Álvaro da Fonseca pelos anos de 1560) com Catarina Pires: acham-se naquela cidade várias escrituras que mostram ser o dito Álvaro da Fonseca escudeiro da Casa de El Rei, e seu descendente Paulo da Fonseca Coutinho a 8 de Fevereiro de 1665 fez uma Justificação em que mostra serem estes FONSECAS dos do Bispo de Trípoli no § 39 deste ttº
2 D. Ana Álvares da Fonseca¹⁶

É possível porém que tenha casado mais cedo, sendo mais velho do que é descrito neste registro¹⁷. O “Bispo de Trípoli”, a quem Gaio atribui parentesco com Álvaro, se tratava de Francisco da Fonseca Coutinho¹⁸. Apesar de não se saber ao certo a data em que este religioso nasceu, se tem como certa sua ascendência pertencente aos Fonseca Coutinho. A partir disto, indiretamente se prova também o vínculo de Álvaro aos mesmos FONSECAS.

Escudeiro da Casa Real, pertencente ao ramo dos Fonseca Coutinho, casando entre as primeiras décadas do XVI, tendo ao menos uma filha a qual adota o sobrenome Álvares da Fonseca, Álvaro da Fonseca Coutinho, mesmo diante da ausência de registros que possibilitem afirmar com exatidão, possui indícios que apontam como provável ascendente de Francisco Álvares da Fonseca (1572-1641), João Álvares da Fonseca (falecido entre 1647-1653) e seu pai Jorge Álvares da Fonseca.

Almeida. In memoriam. Porto: Universidade do Porto I (1999). p. 347-363.

14 Iria Gonçalves, *Do uso do patronímico na Baixa Idade Média portuguesa*, Porto, 1999, p. 357.

15 Álvaro da Fonseca Coutinho..., <https://www.geni.com/people/%C3%81varo-da-Fonseca-Coutinho/6000000021852530490>. Acesso em: 04/12/2019; e Álvaro da Fonseca Coutinho..., <https://www.genearc.net/index.php?op=ZGV0YWxoZVBlc3NvYS5waHA=&id=MTM5NTg=>, Acesso em 04/12/2019 2019.

16 Felgueiras Gaio, *Nobiliário de famílias de Portugal*, Tomo X, p. 83.

17 Álvaro da Fonseca Coutinho..., <https://www.genearc.net/index.php?op=ZGV0YWxoZVBlc3NvYS5waHA=&id=MTM5NTg=>, Acesso em: 09/05/2020

18 Francisco da Fonseca Coutinho, bispo de Trípoli..., <https://www.geni.com/people/Francisco-da-Fonseca-Coutinho-bispo-de-Tripoli/6000000020339888015>, Acesso em 05/12/2019.

2 – Francisco Álvares da Fonseca e a descendência carioca

Francisco, como já foi sinalizado antes, será o pioneiro a se estabelecer no Brasil. Recebe o ofício de Escrivão da ouvidoria do Rio de Janeiro, em carta datada de 4 de março de 1602. Seu nome também consta em um pedido de doação de terras de 1611, ao lado de um Antonio Tavares, conforme demonstra o trecho do documento que informa serem ambos “*moradores do Rio de Janeiro [e] pedem terras em Cabo Frio, partindo com Diogo Teixeira de Carvalho e seu filho João Teixeira*”.¹⁹

Fragoso classifica as primeiras décadas do Seiscentos para o Rio de Janeiro enquanto “decisivas para a montagem da economia escravista e exportadora”²⁰. O contexto de alta do açúcar estava proporcionando o estabelecimento de uma classe senhorial mercantil na região. O autor ressalta que o número de engenhos saltaria de três para 14 entre 1583 e 1612, e dezessete anos depois aumentaria para 60²¹. Indica também que, além dos comerciantes e produtores de açúcar, se fez parte da gênese das famílias senhoriais do XVII uma considerável quantidade de indivíduos de cargos públicos, a serviço do Rei. Significativa parte delas tiveram como tronco ministros ou oficiais em postos como os de provedor da fazenda, escrivães da alfândega ou capitães de infantaria, voltados à administração da “coisa pública” nos trópicos²².

Francisco deixou uma primeira descendência que se dividiu entre ofícios religiosos, militares e também administrativos²³. A partir de então, laços e arranjos estabelecidos com outras famílias possibilitaram a extensão das influências e posições de prestígio. Vale citar o caso de seu filho, o capitão Diogo da Fonseca (1604-1686)²⁴, o qual casou com Maria do Amaral Gurgel (1604-1671), filha do corsário francês Toussaint Gurgel (1567-1651)²⁵. Também se destacou seu outro filho, João da Fonseca Coutinho, o qual direta e indiretamente assegurou posições privilegiadas para ao menos os próximos dois indivíduos de sua prole, dentre foros de cavaleiro e escudeiro fidalgo e a propriedade de um ofício de escrivão das execuções. Ofício este, que seu filho homônimo deixara claro o interesse em 1664: “*Há mais um escrivão das execuções cuja propriedade pretende João da Fonseca Coutinho por nomeação de seu pai, a quem Vossa Magestade havia feito mercê dele ...*”.²⁶

19 Brasil. *Sesmarias*, <http://www.projeto compartilhar.org/sesmarias.htm>, acesso em 06/02/2019. *Documentos Publicados pelo Arquivo do Estado de São Paulo*. Tipografia Piratininga, SP, 1921, Volume I.

20 João Fragoso, ‘A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)’, in: João Fragoso, Maria de Fátima Gôvea. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, 2001, p.45.

21 João Fragoso, “*A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*.”, Topoi, Rio de Janeiro, 2000, p. 45.

22 Fragoso, *A nobreza...*, p. 55.

23 Francisco Álvares da Fonseca..., <https://www.geni.com/people/Francisco-%C3%81lvares-da-Fonseca/6000000075481905842>. Acesso em: 09/12/2019.

24 Diogo da Fonseca..., <https://www.geni.com/people/Diogo-da-Fonseca/6000000075481766892>. Acesso em: 09/12/2019.

25 Proeminente navegador, foi um protagonista das investidas francesas nas costas brasileiras. Foi capturado por João Pereira de Souza Botafogo, o qual ganhou uma sesmaria justamente por este feito, na região que até hoje recebe seu nome. Conseguiu ainda assim construir relações com autoridades locais, se relacionando com a pesca de baleia na baía de Guanabara e posteriormente com a produção de açúcar. Casou, dando origem a variados segmentos dos Gurgel no Brasil.

26 Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino (PT AHU), Cx.6. N. 975, *Ofício do Governador Pedro de Mello, em que participa a relação de todos os postos militares e officios de justiça e fazenda da capitania...*, Rio de Janeiro, 23. jan. 1664 (Projeto Resgate).

Tabela 2 – Mercês concedidas aos Fonseca Coutinho do Rio de Janeiro

NOME	FILIAÇÃO/PAI	DATA
João da Fonseca Coutinho	Francisco Álvares da Fonseca	25/06/1637
João da Fonseca Coutinho (II)	João da Fonseca Coutinho	18/11/1698
Sebastião da Fonseca Coutinho	João da Fonseca Coutinho	05/11/1700
José da Fonseca Coutinho	Sebastião da Fonseca Coutinho	08/06/1725

Fonte: Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino, Cx 34, Doc. 8039 (Projeto Regate)

3 – Luís Álvares da Fonseca

Outro assentado no Rio de Janeiro foi Luís Álvares da Fonseca²⁷. Teria nascido por volta de 1617, sendo filho de João Pinto e Beatriz de Góes da Fonseca, naturais de Lisboa²⁸. Em 1649 ele recebeu os ofícios de inquiridor e distribuidor da cidade (na qual já era morador)²⁹, além do de contador³⁰. A justificativa para o recebimento dos cargos foi a de que sua esposa Isabel de Pina, com quem havia se casado dois anos antes era viúva do antigo proprietário dos tais ofícios, Manoel Jeronimo. Outra alegação era a de que a mesma também *tinha quatro filhos com pouco remedio para se poderem sustentar*³¹. Krause indica como a ênfase na pobreza do suplicante era comum nestes enunciados, se tratando de uma estratégia para a obtenção da mercê desejada³². Luís então a receberia, por *ser capitam e suficiente para servir os ditos ofícios*, até o fim da menoridade dos filhos de sua esposa.

Seu filho foi o Sargento-Mor João Pinto da Fonseca³³. Sua longa lista de serviços prestados acabou lhe rendendo a mercê de Escrivão da Correição e Ouvidoria Geral da Capitania do Rio de Janeiro e das mais do sul do Brasil³⁴:

VMg^{de} qbem tendo resp^{to} aos serviços do ? João Pinto da Fonseca obrados nos 3^{os} da Armada dajunta do comercio por espaço de 33 anos 7 mezes e 4 dias com interpolação de 20 de Dez^{bro} de 658 athe 8 de Outr^o de 699 em praça de soldado, Alferes de Mar, e guerra, Ajudante do n.^[2] Capitão vivo e reformado, no refferido tempo se embarcar 33 vezes em 32 Armadas, quinze do Brasil easmais da Costa, e na de Saboya eemtodas proceder ? m^{ta} satisfação achandose em varais occaziões e nellas se offerecera...

27 Luís Álvares da Fonseca., <https://www.geni.com/people/Luis-%C3%81lvares-da-Fonseca/6000000033647812772>, acesso em 27/12/2019

28 Carlos Rheingantz, *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, AE, Livraria Brasiliana, Vol. 1, p.66.

29 Portugal, *Alvará de serventia de ofícios (de) Inquiridor e distribuidor da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a Luís Álvares da Fonseca*, BNP (Lisboa), 26 mai. 1649.

30 Portugal, *Apostila para que sirva de Contador, juntamente com o ofício de inquiridor e distribuidor, a Luís Álvares da Fonseca*, BNP, 14 jun. 1649.

31 PT ANTT, *Alvará (de) Inqueridor e Distribuidor de S. Sebastião do Rio de Janeiro, por estar casado com Isabel de Pina, durante a menoridade dos filhos de sua esposa*, 26. mar. 1649. f. 89

32 Thiago Krause, *Em busca da honra. A remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 38.

33 João Pinto da Fonseca..., <https://www.geni.com/people/Jo%C3%A3o-Pinto-da-Fonseca/6000000033648057402>, acesso em: 27. dez. 2019

34 PT AHU, *Carta (de) Escrivão da Correição do Rio de Janeiro*, ANTT, Mercês de D. Pedro II, liv.14 f.387, 05 abr. 1702.

Tal mercê volta a ser mencionada em finais do século XVIII, através de um requerimento do alvará de concessão da mesma, realizado pelo seu tetraneto³⁵. No mesmo documento, consta que João o renunciou em favor da filha, Francisca Maurícia³⁶. Quem o recebeu, porém, foi seu genro como dote de casamento.

O filho de João, Manuel Álvares da Fonseca, também fez carreira militar nas mais diversas patentes, em maioria no Rio de Janeiro³⁷. Falece em finais da década de 1740, como cabo da fortaleza de Villegagnon, no mesmo estado³⁸. Em 1750 porém, seu sobrinho ainda pedia remuneração pelos seus serviços prestados³⁹.

Para o Rio de Janeiro, assim como outras capitânicas, é importante ressaltar ainda como relações de parentesco, utilizando principalmente o casamento como via, fizeram parte de um mecanismo de acesso “a todo um sistema de alianças e solidariedades presente na elite colonial”⁴⁰. Fragoso ainda apresenta como:

das 197 famílias senhoriais conhecidas no Seiscentos, 73 ou 37% derivavam por linha feminina de outras 32 famílias. Assim, temos um conjunto de 105 famílias senhoriais (32+73), onde cada uma estava ligada por relações de parentesco com, pelo menos, outra família.⁴¹

Existem registros de mais um “Álvares da Fonseca” no Rio de Janeiro, na década de 1640, que pode ou não ter relação com um dos troncos aqui estudados. Se tratou de Lopo Álvares da Fonseca, que foi nomeado Sargento-mor em 1646⁴². Filho de Balthasar Rodrigues de Mattos, Fidalgo Cavaleiro por alvará de 20 de maio de 1649⁴³, não se sabe seu lado materno.

Tais constantes serviços nas galés pelos diversos pontos do ultramar português teriam sido comuns entre indivíduos da baixa nobreza. Fragoso e Florentino indicam como tais favores acabavam por lhe render privilégios, possibilitando restituir parte de sua antiga riqueza⁴⁴, ampliar seus morgados

35 PT AHU, *Requerimento de Felipe Neri de Velasco Molina Sá e Almeida à rainha [D. Maria I], solicitando certidão com o teor do alvará de concessão da mercê do ofício de escrivão da Ouvidoria Geral do Rio de Janeiro feita a seu tetravô, o sargento-mor João Pinto da Fonseca...*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1788 (Projeto Resgate).

36 Francisca Maurícia de Velasco Molina e Távora..., Disponível em: <https://www.geni.com/people/Francisca-Maruricia-de-Velasco-Molina-e-T%C3%A1vora/6000000033648167065> . Acesso em: 02/01/2019

37 PT AHU, *Informação do Conselho Ultramarino sobre os serviços de Manuel Alves da Fonseca, de 29 de Março 1691 a 25 de Maio de 1737, como soldado, alferes, tenente, capitão de Infantaria, tenente coronel capitão-mor e capitão de Infantaria, no Rio de Janeiro e na Nova Colônia do Sacramento*, Lisboa, 25 mai. 1737 (Projeto Resgate).

38 PT AHU *Parecer do Conselho Ultramarino sobre a nomeação de pessoa para o posto de cabo da fortaleza de Villegagnon, vago pelo falecimento de Manoel Alves da Fonseca...*, Lisboa, 22 set. 1749 (Projeto Resgate).

39 PT AHU *Escrito do [secretário do Conselho Ultramarino], Joaquim Miguel Lopes de Lavre ao desembargador José Vaz de Carvalho para que informasse o requerimento de Salvador Antônio Velasco de Távora, em que pedia remuneração pelos serviços prestados por seu tio, Manoel Álvares da Fonseca*, Lisboa, 12 out. 1750 (Projeto Resgate).

40 Fragoso, *A formação da economia colonial...*, p.58.

41 Fragoso, *A formação da economia colonial...*, p. 58

42 Portugal, *Carta de Sargento-mor do Rio de Janeiro a Lopo Álvares da Fonseca*, BNP, 5. Mai. 1646.

43 João Carlos Feio Cardoso de Castelo Branco e Torres, *Diccionario Aristocrático contendo os alvarás dos foros de Fidalgos da Casa Real que se achão registrados nos livros das mercês*, Lisboa, Imprensa Nacional, Tomo Primeiro, 1840, p.294.

44 Por vezes perdida por serem filhos segundos, incapazes segundo a Lei Mental de 1434 de herdar os patrimônios da sua casa aristocrática.

ou se estabelecer em uma localidade específica com algum posto militar ou administrativo⁴⁵.

4 – João Álvares da Fonseca e a Guerra Holandesa

Depois de Francisco, João Álvares da Fonseca⁴⁶ foi o próximo a embarcar para o Brasil. Aqui, seus serviços militares prestados, bem como de seu filho, foram sobretudo de atuação direta na Guerra Holandesa. Tal contexto influenciaria em grande medida toda a sociedade colonial, dentre militares, senhores de engenho e açucarocracia em geral. Os eventos do conflito vão acabar correspondendo aos caminhos percorridos por estes sujeitos a serviço do rei. A cronologia se dividiria em três partes, que são consideradas após o episódio da ocupação de Salvador em 1624 e 1625⁴⁷. A primeira de 1630 a 1637, com a tomada de Olinda e demais regiões entre o Ceará e São Francisco, correspondendo à guerra de resistência. A segunda, de 1637 a 1645, ao governo de João Maurício de Nassau e a “idade do ouro” do Brasil Holandês. De 1645 a 1654, a guerra de restauração.

Durante e depois das diferentes fases da guerra, se efervesceram os pedidos de postos e recompensas em formas dos hábitos, comendas e foros. Motivava-se então, a posse de uma volumosa folha de serviços dos suplicantes. Postos militares seriam as mais comuns, enquanto o foro de fidalgo (moço fidalgo, fidalgo-escudeiro e fidalgo-cavaleiro, em ordem crescente de relevância), bem como promessas de comenda e o hábito da Ordem de Cristo se mostravam de maior notabilidade⁴⁸.

João era filho de Jorge Álvares da Fonseca⁴⁹, fidalgo da casa real. É provável, pela proximidade das datas⁵⁰, que tenha sido irmão do já aqui apresentado, Francisco Álvares da Fonseca. Alegou que *de hidade de doze annos começou a servir desta coroa de Portugal, gastando nisso o pouco q lhe ficou de seus Pays*⁵¹, até o anno de 621⁵². Os serviços começaram no *anno de quinhentos noventaeseis embarcandose em onze Armadas da Coroa de portugal, sempre com hum criado a sua custa...*⁵³ Em algum momento, foi o primeiro administrador do Morgado de Soudos, termo de Santarém⁵⁴. Depois de serviços na Índia, vem para o

45 João Luís Ribeiro Fragoso; Manolo Florentino, *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840*, Sette Letras, 1996.

46 João Álvares da Fonseca..., <http://pagfam.geneall.net/52/pessoas.php?id=1077563> . Acesso em: 06/01/2020.

47 Evaldo Cabral de Mello, *Olinda restaurada*. Editora 34. 2007, p. 15.

48 Krause, *Em Busca da Honra*, p.74.

49 Jorge Álvares da Fonseca..., <http://pagfam.geneall.net/52/pessoas.php?id=1077567> . Acesso em 06/01/2020.

50 Cruzando informações presentes nas fontes relativas a João, é possível definir 1584 como o ano de seu nascimento.

51 Enunciado que pode indicar o fato de não ser primogênito.

52 PT AHU, *Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre a carta de João Álvares da Fonseca em que solicita voltar com sua mulher para o Reino, e queixando-se que após ter servido em Pernambuco e Bahia como mestre de campo, fora reformado pelo governador-geral do Brasil, Antônio Teles da Silva*, f.3. 28 jul. 1646 (Projeto Resgate).

53 PT ANTT, *Carta (de) Mestre de Campo da gente da terra do Recôncavo da Baía, no Brasil*, f. 288. 23 jan. 1641.

54 O qual continua na família pelas próximas gerações. Seu neto, João Álvares da Fonseca Coutinho ocupou tal cargo de administrador, bem como sua bisneta, Clara Teresa da Fonseca Coutinho, que deixa vasta descendência.

Brasil em 1621⁵⁵, para assumir o posto de Sargento-Mor de Pernambuco. Ao aportar na Bahia⁵⁶ porém, teria sido encarregado pelo Governador de ficar neste estado, com a mesma patente, por *ser demais Importância aly sua assistência*⁵⁷ Sendo assim, ajudou na luta contra os holandeses na Baía de Todos os Santos *atbe ser Lançado de aly o inimigo e Restaurada apraça, havendo sempre com muito vallon, eperdendo muito de sua fazenda servindo com seu cavallo, criados eescravos, dando muito guado p^a. O sustento dos soldados...* “O dispêndio de sua fazenda” é outro *topos* recorrente nos discursos dos suplicantes,

Em 1637, João vai requerer o cargo de Provedor-mor da Fazenda do Brasil, em troca de seus serviços já realizados e por estar disposto a levantar cem homens à sua própria custa, para a guerra de Pernambuco⁵⁸. Se oferecendo a custeá-los por quatro meses, alega que tinha previamente pedido o foro de moço fidalgo e o hábito de Cristo. Teria recebido resposta porém, para escolher *outra couza* no lugar do (tão desejado) hábito. A justificativa foi a de que o Rei não podia dá-los a pessoas que lhe fazem donativos. Pede então o dito cargo de provedor-mor pelo tempo de 3 anos, por estar vago, e que se também não fosse possível este, que o deixasse para seu filho, o capitão Jorge da Fonseca Coutinho. Tal cargo seria o mais requisitado na Bahia entre os estratos mais altos, visto as possibilidades de ganho financeiro⁵⁹

Em 1641, recebeu o cargo de Mestre de Campo da gente da terra do Recôncavo da Bahia. Já teria sido também, em 1638 enquanto ajudava na defesa da cidade do Salvador⁶⁰, o vereador mais antigo da mesma⁶¹. Pode ter sido também, por duas vezes (1642 e 1646), o Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Bahia⁶². Antes disso, ainda em 1641, recebeu a mercê do hábito de Cristo com mais 60\$000rs em pensões ou capelas⁶³.

Tais remunerações, porém, fizeram até mesmo o próprio Governador-Geral do Brasil, Antônio Teles da Silva, julgá-las muito dispendiosas, reformando-o. Apontando a avareza nas requisições pelos serviços prestados do dito João ao Conselho Ultramarino, exclamou que ainda

em tempo dos Reys de Castella anegoçios deimportância do bem publico, se esqueçeo detodos enão tratou mais q dese despachar asy ;enão tendo serviços de qualidade impetrou o ditto posto de Mestre de Campo da ordenança com seis çentos mil de soldo; couza deq nunca ouvera exemplo, nem naquelle estado, nem em Portugal...⁶⁴

55 Mesmo ano em que teria casado pela primeira vez, com Florência de Faria.

56 Não se sabe se logo após sua chegada no Brasil ou durante o abandono das tropas lusas de Pernambuco rumo à Bahia, em 1637.

57 *Carta (de) Mestre de Campo...*, ANTT, f. 288.

58 PT AHU, *Requerimento de João Alvares da Fonseca, pedindo o cargo de provedor-mor da fazenda do Brasil, por seus serviços e por querer levantar cem homens à sua custa para a guerra de Pernambuco*, 28. out. 1637 (Projeto Resgate).

59 Krause, *Em Nome da Honra*, p.75.

60 Muito provavelmente no episódio do sítio de Salvador em 1638, por Nassau.

61 PT ANTT *Carta de Mestre de Campo da gente da terra do Recôncavo da Baía, no Brasil*, f. 300. 23 jan. 1641.

62 Anthony John Russel-Wood, *Fidalgos and philanthropists: the Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*, Univ of California Press, 1968, p. 372.

63 PT ANTT, *Alvará (de) Pensão anual de 60\$000 rs com o hábito da Ordem de Cristo*, 20. fev. 1641.

64 PT AHU, *Carta do governador Antônio Teles da Silva, para S. Magde., sobre João Alvares da Fonseca, mestre de campo da gente da terra, que foi procurador da Bahia em tempo do rei de Castela, e só tratou de si, e acêrca de postos do exército*, f. 2. 10. abr. 1645 (Projeto Resgate).

O que o Governador talvez não esperava, porém, era a resposta do Conselho depois de queixa feita por João. Esta, obrigava ao mesmo, autoridade maior (abaixo do rei) na América Portuguesa, a *o meter de posse do ditto cargo por lhe ser dado em satisfação de seus serviços*⁶⁵. Ressaltava ainda, que o *ditto João Alz da fONSECA leva soldo, por lhe ser feita m^{te}. do ditto cargo como q lhe toca ; e porq nestas matr.^{as} he razão que VMg^{de} mande prover com a Justiça que pede este negocio*. Completava ainda, em mais uma referência à decisão direta do Rei, que o *exerçite na forma em q VMg^{de} lhetem feito merce, semque seja necessario tornarlhe amandar escrever...*

O prestígio de João, enquanto “Restaurador”, ofuscava então até mesmo a decisão do Governador Geral do Brasil. Mesmo este apelando que tais soldos eram *tam excessivos, em tempo que afaz^{da} de VMg^{de} seachava tam atrazada...* Afinal de contas, os serviços do Fonseca teriam sido parte da *causa que aquella cidade se defendesse notempo que o conde de Nassao açitiou*⁶⁶.

A importância da remuneração dos indivíduos que serviram na guerra holandesa é o foco da tese de Thiago Krause, fundamental para a temática. Nela é possível perceber como os suplicantes, em palavras do autor, “se esforçavam para demonstrar seu “merecimento” ao centro político”⁶⁷. E dessa forma, do rei se esperava retorno favorável, em uma espécie de “acordo” mútuo, que garantiria a oferta de serviços reais. Estes, essenciais para o funcionamento político, social e econômico de todo o ultramar português. Evaldo Cabral de Melo utiliza para iniciar seu livro uma citação do francês Antoine de Montchrétien de 1615, a qual sintetiza o caráter interdependente deste mecanismo afirmando que é impossível fazer a guerra sem soldados, sustentá-los sem soldo, pagar os seus soldos sem tributos e criar tributos sem comércio”⁶⁸.

O mérito estava ligado ao estatuto social dos suplicantes, em um sistema que eram enfatizadas as noções de “qualidade” e “merecimento”, ao mesmo tempo em que se vislumbra a possibilidade de ascensão social e “enobrecimento”. Sobretudo em Pernambuco porém, tal noção de “nobreza” ganharia contornos mais específicos (ligados a uma forma de nativismo) e duradouros, como será apresentado mais a frente neste artigo.

Voltando a João, é possível inferir que, ao receber seu posto de volta, deixou de lado a ideia de regressar para Portugal. Veio a falecer logo nos anos seguintes. Em 1653, sua mulher do segundo casamento, Filipa de Brito Correia, se queixa de “parentes poderosos” que a impediam de voltar ao Reino por visarem herdar fazenda que teria no Brasil⁶⁹. Filipa era, por via materna, bisneta de Diogo Álvares Correia e Catarina Paraguaçu⁷⁰.

65 PT AHU, *Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre a carta de João Álvares da Fonseca em que solicita voltar com sua mulher para o Reino, e queixando-se que após ter servido em Pernambuco e Bahia como mestre de campo, fora reformado pelo governador-geral do Brasil, Antônio Teles da Silva*, f.6. 28 jul. 1646 (Projeto Resgate).

66 PT AHU, *Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre a carta de João Álvares da Fonseca em que solicita voltar com sua mulher para o Reino...*, f.1. 28 jul. 1646 (Projeto Resgate).

67 Krause, *Em Busca da Honra*, p. 170.

68 Evaldo Cabral de Melo, *“Olinda Restaurada”. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2.ed. 1998, p. 11.

69 PT AHU *Consulta do do Conselho Ultramarino sobre Filipa de Brito Correia, viúva do mestre de campo João Álvares da Fonseca, moradora na Bahia, mulher nobre, de setenta anos de idade, que tem em Lisboa um filho e dois netos casados, e pede licença para vir*, Lisboa, 15. jul. 1653 (Projeto Resgate).

70 Felipa de Brito... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Felipa-de-Brito/6000000136867124850> . Acesso em: 03. ago. 2020.

Filho de João, Jorge da Fonseca Coutinho foi outro que participou de alguns episódios da guerra contra os holandeses. É possível que tenha nascido em Pernambuco. Primeiramente, visto que o primeiro casamento de seu pai se deu em meados de 1621⁷¹, já às vésperas da sua chegada ao Brasil. Mas sobretudo, é o que se deixa transparecer por justificativa apresentada ao Conselho Ultramarino, na qual o próprio Jorge pedia patente de capitão de uma Companhia que seria levantada para a guerra de Pernambuco⁷². É importante destacar a afirmação presente nas últimas linhas deste documento, onde se alega que *elle Supp levantará nesta cidade por ser natural della , e ha alguns parentes e amigos que ande compandir plo que*⁷³.

Em 1641, seguiu para a Ilha Terceira nos Açores, também como Capitão, por seus *merecimentos serviços feitos aesta coroa por discurso de Alguns annos; e aesperença que tem das couzas de guerra...*⁷⁴ No mês seguinte, enquanto estaria a caminho de serviços na Ilha da Madeira, recebe despacho para ir servir no Brasil⁷⁵. Tal alvará, viria acompanhado também de uma mercê, para que *guarde minha Lembrança*⁷⁶, dizia em nome do Rei. Se tratava do Hábito de Cristo, com 50\$000 rs de pensão⁷⁷. Este documento também nos proporciona de maneira mais completa, a lista de serviços de Jorge:

...tendo consideração a Jorge da Fon^{ca} Coutinho se haver embarcado em duas armadas deste Rn^o e passando a Índia servir 8 annos naquelle estado embarcandose nas armadas dosannarã e Norte evindo para o Rn^o abrindo a Nao caribando ailha de santa Elena ficar[?] aly com as fazendas della donde passou ao Brasil nolatel da mesma Nal q foi deaviso Edelegado ao Brasil servir 2 annos de soldado daquelle presidio eachandose nas baterias q no dito tempo houve aly com o inimigo vindose ao Rn^o tornar enhu socorro aPernambuco delegado com elle passar parte das monissões ao Arrayal econtinuando naquela guerra servir nella quasi 5 annos asuacusta de soldado e capp^{am}...

A partir deste enunciado é possível ter duas interpretações temporais sobre a sua idade. Uma primeira, na qual se entra em concordância com a possibilidade anteriormente citada de Jorge ter nascido já no Brasil. Segundo essa, os oito anos citados de serviços já englobariam os da Índia e do Brasil (estes, cinco no total, como soldado e capitão). Dessa forma, admitindo que Jorge teria começado a servir jovem como seu pai, com 12 anos, se obteria 1621 como o seu possível ano de nascimento. Mesmo ano em que João Álvares da Fonseca casava e já tinha ganhado a patente de Sargento-mor de Pernambuco. Uma segunda interpretação é a de que os oito anos de serviços seriam exclusivamente na Índia, somados depois com mais cinco no Brasil. Assim, tomados os mesmos hipotéticos 12 anos de início da prestação de serviços, seu nascimento recuaria ao ano de 1616. O que porém, entraria em

71 Florência de Faria... Disponível em: <http://pagfam.geneall.net/52/pessoas.php?id=1077564> . Acesso em: 17. jan. 2020

72 PT AHU, *Requerimento do capitão Jorge da Fonseca Coutinho ao rei [D. Filipe III], pedindo patente de capitão da Companhia que vai levantar para ir servir na guerra da capitania de Pernambuco*, 3. dez. 1635 (Projeto Resgate).

73 PT AHU, *Requerimento do capitão Jorge da Fonseca Coutinho ao rei...*, 3. dez. 1635, f.1 (Projeto Resgate).

74 PT ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 3, *Carta patente (de) Capitão de uma Companhia de Infantaria para servir no socorro que vai para a ilha Terceira*, 10 jun. 1641. f. 248-248v.

75 PT ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de Ordens Militares, lv. 1, *Alvará para ir servir no Brasil, visto agora ir servir na ilha da Madeira*, 13. jul. 1641. f. 29-30.

76 PT ANTT, *Alvará para ir servir no Brasil*, f. 30, 13 de jul de 1641

77 PT ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de Ordens Militares, liv. 1, *Alvará (do) Hábito de Cristo com 50\$000 rs de pensão devendo servir do Brasil*, 13. jul. 1641. f.30.

discordância com a fonte que acusa sua naturalidade brasileira.

Existe ainda mais uma referência a Jorge da Fonseca Coutinho. Em 1646, cinco anos depois de despachado de volta para o Brasil, recebe o cargo de Escrivão da Fazenda Extravagante⁷⁸. Não é descrita no documento a localidade em que iria exercê-lo, apesar de ser provável que seja também no Brasil, visto ser este seu último destino relatado.

João também teve uma filha, de seu segundo casamento, a qual foi freira e priora do Convento do Salvador, em Lisboa⁷⁹. Existe porém o registro de mais uma provável filha. Se trata de Catarina da Fonseca Coutinho, a qual foi casada com o capitão-mor da capitania de Porto Seguro e administrador do pau brasil, Paulo Barbosa⁸⁰. Rheingantz ainda registra um outro João Álvares da Fonseca, nascido por volta de 1640 e casado no Rio de Janeiro⁸¹. Não é possível dizer porém se possui algum laço de parentesco com seu homônimo aqui tratado.

5 - Um possível prolongamento? Os sesmeiros pernambucanos e a nobreza da terra

O nativismo pernambucano é um dos temas centrais para os estudos de Evaldo Cabral de Melo. O autor chama a atenção para como, de maneira geral, o conhecimento genealógico tinha destacada relevância na sociedade colonial brasileira:

Numa sociedade como a do Brasil colonial, para onde, como se não bastasse o pecado original da escravidão, se haviam transplantado os valores vigentes na versão ibérica das sociedades europeias do Antigo Regime, caracterizada pela fenda étnica, social e religiosa entre cristãos-velhos e cristãos-novos, a genealogia não podia constituir o passatempo inofensivo que é hoje. Ela era, na realidade, um saber crucial, pois classificava ou desclassificava o indivíduo e sua parentela aos olhos dos seus iguais e dos desiguais, reproduzindo assim os sistemas de dominação.⁸²

Para além de Cavalcantis e Albuquerque⁸³, as famílias pernambucanas, sobretudo as de Olinda,

78 PT ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv.10, *Carta (de) Escrivão da Fazenda Extravagante*, 15. nov. 1646. f. 98-98v

79 Mariana da Fonseca... Disponível em: <http://pagfam.geneall.net/52/pessoas.php?id=1077566> . Acesso em: 21. jan. 2020.

80 PT AHU, *Consulta do Conselho Ultramarino sobre Catarina da Fonseca Coutinho, viúva de Paulo Barbosa, que foi capitão-mor da capitania de Porto Seguro e administrador do pau brasil, e pede ordenado que se devia a seu marido*, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 17. out. 1674 (Projeto Resgate).

81 Carlos Rheingantz, *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, AE, Livraria Brasileira, Vol. 1, p.66.

82 Evaldo Cabral de Mello, *O nome e o sangue: Uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*, Companhia das Letras, 2012, p.6.

83 Radicadas no Brasil, respectivamente, pelo fidalgo florentino Filippo Cavalcanti (1525-?) e pelos irmãos Jerônimo de Albuquerque (?-1584) e Beatriz de Albuquerque (?-1584), cunhado e esposa do primeiro donatário Duarte Coelho Pereira. Jerônimo foi também, sogro de Filippo. Vão ser as duas famílias mais importantes do Pernambuco colonial. Seus entrelaçamentos e vastas descendências permitiram não só o controle de grande número de engenhos, mas também “guiar” os rumos da capitania como um todo. Jerônimo teve 34 filhos, lhe rendendo o apelido de “Adão Pernambucano”, da mesma maneira que foi para Melo, “referência última de toda genealogia pernambucana e mito integrador da nobreza da terra, tanto vertical, na sucessão de gerações, quanto horizontalmente, na coesão de parentelas.

já estabelecidas aqui desde o período *Ante Bellum*⁸⁴, lutando ou tendo perdas de fazendas e almas durante a invasão e ocupação holandesa, irão forçar um *status* diferenciado frente à sociedade colonial das capitanias de cima. E assim fariam também seus filhos e netos, como demonstra documento explorado por Mello:

Em 1651, os oficiais da Câmara de Olinda e os povos das capitanias de cima do Estado do Brasil se dirigiram a D. João IV para reivindicar, entre outras coisas, que “no provimento dos cargos e ofícios, assim da milícia como do político desta capitania de Pernambuco e das que para o norte ocupava o holandês, sejam os filhos e moradores da mesma terra preferidos”, de vez que, “à custa de nosso sangue, vidas e despesas de nossas fazendas, pugnamos há maio de cinco anos por libertar da possessão injusta do holandês”.⁸⁵

Neste momento é que se identifica para a historiografia o conceito de “Nobreza da Terra”. Maria Fernanda Bicalho, historiadora especialista em estudos do império português, ao tratar sobre o tema aponta a permanência nos trópicos de uma “cultura política de Antigo Regime”⁸⁶. Ela chama a atenção então para a relevante definição apresentada por Evaldo Cabral de Mello:

“nobreza da terra” abrangia a dupla origem social da açucarocracia: a de “nobreza do Reino” transplantada para Pernambuco; e a de nobreza gerada em Pernambuco durante o século e meio da sua colonização, mediante a seleção social dos filhos e netos de indivíduos que, embora destituídos da condição de “nobres do Reino”, haviam participado das lutas contra os holandeses, ascendido à posição de senhores de engenho ou exercido cargos civis e militares, os chamados “cargos honrados da República”.⁸⁷

Também um de seus temas centrais, Ronald Raminelli sintetiza o conceito enquanto a composição das principais lideranças políticas, militares e econômicas⁸⁸. Se distribuíam entre proprietários de engenhos, sesmarias e escravos, com patentes de tropas auxiliares ou ordenanças ou membros das câmaras e Misericórdias, sendo intitulados “homens-bons”.

Dessa maneira, uma vez explorado o seu significado, se compreende a presença de argumentos presentes nas documentações como os dos irmãos militares Duarte Ramos Furtado e José da Cunha, os quais em meados do século XVIII pediam isenção do pagamento de foro de suas sesmarias por serem descendentes dos restauradores do respectivo lugar, em Pernambuco⁸⁹. Bem como o do inquiridor do Maranhão, João do Rego de Barros, que pedia já em finais do XVIII a serventia vitalícia do ofício de escrivão da Ouvidoria Geral e correição ou de escrivão dos Órfãos e Ausentes, por além de suas aptidões, ser descendente de restauradores de Pernambuco⁹⁰.

84 Termo utilizado para se referir ao período anterior à tomada de Olinda em 1630, marco do início da Guerra Holandesa para os pernambucanos.

85 Evaldo Cabral de Mello, *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, 1998, p.13-14.

86 Maria Fernanda Baptista Bicalho, *Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América Portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*, Almanack Braziliense 2, 2005, p.34.

87 Evaldo Cabral de Mello, *Rubro Veio. O imaginário da restauração pernambucana*, Rio de Janeiro, 1997, p.165-167.

88 Ronald Raminelli, *Nobreza e principais da terra - América Portuguesa, séculos XVII e XVIII*, Topoi 19, 38, Rio de Janeiro, 2018, p.217-240.

89 PT AHU *Requerimento dos alferes Duarte Ramos Furtado e seu irmão José da Cunha ao rei [D. José I], pedindo para receber as sesmarias em Palmar com dispensa da pensão da mesma, por serem descendentes dos restauradores do dito lugar*, 11. jan. 1760 (Projeto Resgate).

90 PT AHU, *Requerimento do [inquiridor da cidade do Maranhão] João do Rego de Barros, natural de Pernambuco, or seu procurador e irmão, padre Vicente Ferreira de Barros, à rainha [D. Maria I], solicitando a*

Percebe-se então um sujeito que pode ou não pertencer ao ramo de João Álvares da Fonseca. Em 1696, Mateus Álvares da Fonseca foi nomeado Capitão de infantaria no Maranhão⁹¹. Continuou no posto até 1707, quando o governador denunciou sua incapacidade ao Conselho Ultramarino⁹². Sua idade já avançada era o principal argumento apresentado. Descreve na alegação que *na cidade de Sao Luis da quelle estado se achava ha maiz de hum anno emtrezado, e sem esperanças de melhora o capitão de infantaria paga matheus Alz da fonseca por ser ia tambem di muita idade a que sobreviverão infinitos atbaques...*⁹³

O conselho confirma a retirada de seus cargos, mas ressalta que os dois capitães *enviem os papeis dos seus serviços na forma costumada, paraq conforme aelles Vmg^{de} os haja de primiar com o intertenimento ou com outra qualquer merce q a Vmag^{de} parecer...*⁹⁴ Ainda em 1709 porém, enquanto se confirmava o substituto para o posto, Mateus ainda não havia recebido o “agrado”. É ressaltado que *se representa a V Mag^{de} que a Matheus Alz da Fon^{ca} se deve dar o seu entretenimento pois não he razao q servindo tantos annos com bom procedimento deixe de ter com que se sustentar no ultimo quartel de sua vida*⁹⁵.

Finalmente, como é a proposta desta seção, é possível identificar mais um tronco “Álvares da Fonseca”. Este, com raízes em Pernambuco, se estende pelo século XVIII em postos de ordenanças, tropas auxiliares, cargos eclesiásticos e posse de sesmarias⁹⁶. Tornou-se possível fazer essa inferência também a partir de documentos presentes no Arquivo Histórico Ultramarino, somados com registros de cartas de sesmaria⁹⁷ e informações presentes em plataformas digitais de pesquisa genealógica, sendo as de tal parentela contidas nelas oriundas da obra do genealogista Fábio Arruda de Lima⁹⁸, focada nos engenhos pernambucanos e as descendências de suas famílias.

Tabela 3 – Lista das concessões de sesmarias aos Álvares da Fonseca pernambucanos e sua descendência

serventia vitalícia do officio de escrivão da Ouvidoria Geral e correição da cidade de São Luís do Maranhão, ou o de escrivão dos Órfãos e Ausentes da mesma cidade, visto as aptidões e merecimentos do suplicante, descendente dos restauradores de Pernambuco, 20. nov. 1795 (Projeto Resgate).

91 PT AHU Carta de Capitão de infantaria no Maranhão, a Mateus Álvares da Fonseca, Lisboa, 12. jan. 1696.

92 PT AHU, Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, a informar da incapacidade do capitão de Infantaria Paga, Mateus Álvares da Fonseca, e do capitão Belchior de Ornelas da Câmara para continuarem no exercício das suas funções, 26. set. 1707 (Projeto Resgate).

93 PT AHU, Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, a informar..., 26. set. 1707, f.1 (Projeto Resgate).

94 PT AHU, Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, a informar..., 26. set. 1707, f. 2 (Projeto Resgate).

95 PT AHU Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre os candidatos para o lugar de capitão da Companhia de Infantaria da cidade de São Luís do Maranhão, que se encontra vago por incapacidade de Mateus Álvares da Fonseca, 14. jun. 1709. F.2 (Projeto Resgate).

96 O autor deste artigo é heptaneto do alferes Manoel Alves da Fonseca, o qual ganhou uma sesmaria de “3 léguas por uma” na Ribeira do Açú, capitania do Rio Grande (do Norte), em 1757.

97 Graças a suas informações terem sido digitalizadas através da “Plataforma S.I.L.B”, Sesmarias do Império Luso-Brasileiro, de direção da Professora Adjunta do Departamento de História da UFRN, Carmen Alveal.

98 Fábio Arruda de Lima, 152 - *Engenho Velho – sob a Invocação de Santo Antônio*, [S.l.:s.n.], [20--?].

SESMEIRO	CAPITANIA	DATA DE CONCESSÃO
Vicente Álvares da Fonseca	CEARÁ	02/10/1737
“	“	22/11/1737
“	“	23/11/1737
“	“	24/11/1737
“	“	23/05/1739
“	“	23/11/1744
“	“	23/11/1744
Manoel Álvares da Fonseca	“	22/11/1735
“	“	14/10/1737
Teodosio Alves da Fonseca	“	15/02/1745
Manoel Alves da Fonseca	RIO GRANDE	17/08/1757
Domingos Alves da Fonseca	PARAÍBA	05/06/1804
Vicente Alves da Fonseca	CEARÁ	21/11/1814
“	“	02/03/1822

Fonte: Plataforma S.I.L.B, Sesmarias do Império Luso-Brasileiro. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>. Acesso em: 29. jan. 2020

A “primeira geração” destes sesmeiros corresponde aos irmãos⁹⁹ Manoel Álvares da Fonseca¹⁰⁰, padre que fazia parte do hábito de Dom Pedro¹⁰¹ e o tenente Vicente Álvares da Fonseca¹⁰². Nascidos entre 1680 e 1700¹⁰³, através dos herdeiros deste último tiveram sua descendência perpetuada entre mais homônimos¹⁰⁴ sesmeiros, capitães¹⁰⁵, alferes e padres. Vale citar o trabalho de Câmara¹⁰⁶, que estudou uma parte dela. Também o de Alencar e Freitas¹⁰⁷, que exploram o caso da herança de Angela

99 Durante a pesquisa inicial para este trabalho, já se desconfiava do próximo grau de parentesco entre Manoel e Vicente. O fato de terem sido irmãos foi confirmado em seguida com o trabalho do já citado genealogista Lima.

100 Manoel Alvares da Fonseca... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Manoel-Alvares-da-Fonseca-Padre/6000000102056627860>. Acesso em: 30. jan. 2020.

101 *Carta de Sesmaria... Manoel Álvares da Fonseca*, 22. nov. 1735. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/CE%201102> Acesso em: 17/11/2020.

102 Vicente Alvares da Fonseca... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Vicente-Alvares-da-Fonseca/6000000027523436949>, Acesso em 17/11/2020.

103 Tal estimativa se mostra coerente com as datas das outras gerações. Assim como, ajuda também o fato de serem conhecidas as datas de nascimento de seus dois primos, 1664 e 1687, respectivamente o padre Gonçalo de Gouveia Serpa e sua irmã Catarina Ferreira de Viveiros, citados como testemunhas em um processo do santo ofício de 1730. Ver: Arlindo Correia. *Guiomar Nunes da Paraíba, relaxada em 1731*, <https://arlindo-correia.com/040615.html> Acesso em: 17/11/2020.

104 Estratégia utilizada sobretudo para se tentar perpetuar privilégios. Vicente terá filho e neto com o seu nome, bem como o seu muito provável filho, o sesmeiro do Rio Grande alferes Manoel Alves da Fonseca (que também terá um neto de mesmo nome e patente), tinha o de seu irmão sacerdote.

105 Caso além dos filhos de Vicente, o homônimo Vicente Álvares da Fonseca e Francisco Alvares da Fonseca, parece ser também o de um muito provável irmão destes, nascido em 1718, o Capitão Antônio Alves da Fonseca (AHU_ACL_CU_015, Cx. 77/Doc. 6438, 26. nov. 1754).

106 Fernando Câmara, *A descendência do tenente-general Vicente Alves da Fonseca*, Revista do Instituto do Ceará, vol. 121, 2007, p. 309-362.

107 Antônio de Pádua Santiago de Freitas; Ana Cecília Farias de Alencar, “*Dona, viúva e “cabeça de casal”:* mulheres administradoras de bens nos sertões de Quixeramobim, Ceará, Brasil (século XVIII)”, Revista de historiografia (RevHisto), 2017, p. 85-106.

Theresa de Jesus, nora de Vicente. Estes fonsecas são os ascendentes maternos e paternos de “Marica Lessa”¹⁰⁸, personagem central de *Dona Guidinha do Poço* (1892), um dos maiores clássicos da literatura brasileira, escrito por Manuel de Oliveira Paiva (1861-1892).

A partir de seus ofícios militares e eclesiásticos, passaram a requerer terras para si e seus herdeiros, primeiramente nas capitanias do Ceará e Rio Grande. Beirando rios e outras fazendas, eram dedicadas sobretudo à criação de gado. Assim são descritas ainda no prefácio de uma obra clássica sobre as sesmarias paraibanas:quasi todas as terras destinadas à criação”¹⁰⁹. Ressalta-se ainda, na mesma, como “pelas concessões de terras estudão-se os primórdios genealogicos dos Oliveira Ledos, Silveiras, Borges da Fonseca, Carvalhos, Vidaes de Negreiros e outros”.

O período de concessão das sesmarias para estes Álvares da Fonseca corresponde às décadas que se seguem do combate e expulsão dos indígenas presentes em ambas capitanias, Ceará e Rio Grande. Para a primeira, Silva aponta como tal doação de terras serviu como pagamento pelos serviços prestados na guerra contra estes grupos¹¹⁰. O mesmo para a segunda, a qual havia sido palco de episódios da “Guerra dos Bárbaros”, como a Guerra do Açú entre 1687 e 1704¹¹¹, ao mesmo tempo em que também se fazia presente o processo de expansão da pecuária nessas regiões.

Vicente Álvares da Fonseca se tornou um dos maiores proprietários de terra do Ceará setecentista. Consta em tabela apresentada por Gomes, a qual dispõe sesmeiros do Ceará com mais de quatro concessões de sesmaria¹¹². Alveal sugere o conceito de *senhorio colonial* para abranger:

...como, no processo de conquista e colonização, alguns conquistadores (e seus descendentes) contribuíram para devassar o interior, obtendo patentes e terras, além de conseguirem agregar outros conquistadores sob sua liderança, e posteriormente tornarem-se grandes senhores de terras, cujos ocupantes (posseiros ou mesmo índios) ficavam sob sua esfera de influência e domínio.¹¹³

O desafio porém, começa ao se tentar traçar as suas ascendências. Infelizmente, no que consiste em uma das maiores frustrações para quem tenta se aventurar em pesquisas genealógicas, uma das suas linhas caiu no esquecimento, não restando registro. E no caso destes Fonsecas, se trata do lado materno¹¹⁴. Nos resta primeiramente explorar o lado paterno.

Vicente Álvares da Fonseca e Manoel Álvares da Fonseca eram filhos de Antônio Dias de Gouveia¹¹⁵. Sobre esse, apesar de não existir informações sobre sua ocupação e vida, consta que

108 Maria Francisca de Paula Lessa... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Marica-Lessa/6000000144190282827> . Acesso em: 09/10/2020

109 João de Lyra Tavares, *Apontamentos para a historia territorial da Parahyba*, v. 1, Impr. Oficial, 1910, p. 4.

110 Rafael Ricarte da Silva, “*O sertão como espaço a ser conquistado: doação de sesmarias e formação de uma elite conquistadora na capitania do Siará Grande (1679-1750)*.” Simpósio Nacional de História 27, 2013.

111 Márcio Roberto Alves dos Santos, *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Dissertação (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

112 José Eudes Gomes, *As Milícias d’El Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p.137.

113 Carmen Alveal, *De senhorio colonial a território de mando...*, Revista Brasileira de História, v. 35, São Paulo, 2015, p.42.

114 NN... Disponível em: <https://www.geni.com/people/NN/6000000102056214928> . Acesso em: 06. fev. 2020.

115 Antônio Dias de Gouveia... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Ant%C3%B4nio-Dias-de-Gouveia/6000000102056214928>

tivera uma irmã, Maria de Gouveia Serpa¹¹⁶. Parte da família (não se sabe ao certo qual) segundo o genealogista Lima, era dona do Engenho Velho sob invocação de Santo Antônio, que ficava na Paraíba. Maria também deixara uma descendência de religiosos, militares e senhores de engenho, entre filhos e netos, a partir de seu casamento com Antônio da Fonseca Baião¹¹⁷, natural de Machico, na Ilha da Madeira, descendente da nobreza local¹¹⁸. Os irmãos Gouveia eram filhos de um açoriano chamado Gonçalo de Gouveia Serpa¹¹⁹ que se casou em Pernambuco com Dorotéia de Lima¹²⁰. Arruda de Lima apresenta também a informação de que seu testamento data de 1648, em Recife. Corresponde ao período referido como Insurreição Pernambucana, momento decisivo da guerra holandesa, sendo também quando aconteceu o primeiro episódio da Batalha dos Guararapes¹²¹. Importante confronto contra os holandeses nos arredores do Recife, onde hoje se encontra o município de Jaboatão dos Guararapes. Tal década de 1640 deveria ser também o limite para o nascimento de seus filhos, o que entra em concordância com algumas datas, como a do neto (aparentemente o mais velho deles) homônimo de Gonçalo¹²², que nasceu em 1664¹²³.

O ano reconhecido como o “início” da emigração açoriana para o Brasil é o de 1619, quando uma leva de 200 casais chegava no Maranhão¹²⁴. A partir de então, ao longo do mesmo século mais contingentes chegavam para diversos pontos deste lado do atlântico. Tendo Pernambuco como destino, caso que aparenta ter sido o de Gonçalo, foi o motivado pelo capitão Manoel Coelho de Figueiroa. Ele pedia permissão, em 1636, para levantar homens solteiros açorianos para a guerra de Pernambuco¹²⁵. A resolução então foi assinada pela regente D. Margarida de Sabóia.

É possível fazer mais algumas inferências sobre a vida de Gonçalo. Maria, sua filha, teria

[veia/60000000102056376869](https://www.geni.com/people/Maria-de-Gouveia-Serpa/6000000079620541258) . Acesso em: 06. fev. 2020.

116 Maria de Gouveia Serpa... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Maria-de-Gouveia-Serpa/6000000079620541258> . Acesso em: 06. fev. 2020.

117 Antônio da Fonseca Baião... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Ant%C3%B4nio-da-Fonseca-Bai%C3%A3o/6000000079620521192> . Acesso em: 06. fev. 2020.

118 Filipa de Afonseca... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Filipa-de-Afonseca/6000000020652482888> Acesso em: 05/11/2020.

119 Gonçalo de Gouveia Serpa... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Gon%C3%A7alo-de-Gouveia-Serpa/6000000102053094076> . Acesso em: 06. fev. 2020.

120 Dorotéia de Lima... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Dorot%C3%A9ia-de-Lima-mulata/6000000102054817821> . Acesso em: 09/10/2020.

121 Travada primeiramente em 18 e 19 de abril de 1648 e depois em 19 de fevereiro de 1649, foi decisiva em meio à Insurreição Pernambucana. No combate coexistiram índios, negros e indivíduos de outras nacionalidades, em meio as tropas dos renomados militares André Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Filipe Camarão e do coronel holandês Sigismund Van Schkoppe.

122 Gonçalo de Gouveia Serpa, Padre... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Gon%C3%A7alo-de-Gouveia-Serpa-Padre/6000000091235915835> . Acesso em: 06. fev. 2020.

123 Informação obtida no processo inquisitorial de Branca de Figueiroa, no qual o padre é uma das testemunhas. Ver: Arlindo Correia. *Guiomar Nunes da Paraíba, relaxada em 1731*, <https://arlindo-correia.com/040615.html> Acesso em: 05/11/2020

124 Carlos Alberto da Costa Cordeiro; Artur Boavida Madeira, *A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno dos interesses e vontades*. ARQUIPÉLAGO – Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, VII, p.99-122. 2003.

125 PT AHU, *Consulta do Conselho da Fazenda ao rei [D. Filipe III] sobre o requerimento do capitão Manoel Coelho de Figueiroa, em que solicita ordens para levantar homens solteiros nas Ilhas dos Açores para a guerra da capitania de Pernambuco*, Lisboa, 22. nov. 1636 (Projeto Resgate).

nascido no Engenho do Monteiro, o que pode ter sido o caso também de seu outro filho Antônio. Os senhores de tal engenho durante as décadas de 1630 e 1640 (período em que teriam nascido os dois irmãos) estavam envolvidos diretamente nas lutas contra os holandeses. Um deles, Francisco Monteiro Bezerra¹²⁶ tinha sido capitão e foi inclusive aprisionado pelos batavos, falecendo na Holanda¹²⁷. Seu filho homônimo¹²⁸, também foi capitão e morreu em batalha, nos Afogados, em 1633. Outro futuro proprietário, Nuno Camello¹²⁹, chegou em Pernambuco como soldado do terço do Mestre de Campo André Vidal de Negreiros, servindo durante todo o tempo da guerra e sendo depois nomeado respectivamente Capitão, Sargento-mor, procurador da Câmara de Olinda e Vereador¹³⁰. A reconstrução do engenho, depois das destruições causadas pela guerra, teria se dado por João Pessoa Bezerra, que havia aderido à insurreição luso-brasileira em 1645¹³¹.

O mesmo contexto também teria abrangido seu sogro. A esposa de Gonçalo, Dorotéia, era mestiça. Filha de João Álvares Lima (?-c.1650)¹³², português natural de Refoios de Lima em Viana do Castelo, e de Maria da Conceição, natural da Costa da Mina e escrava do Padre João Ribeiro Pessoa (c.1653-?)¹³³. Este, filósofo, teólogo, administrador do vínculo da Capela do Engenho do Monteiro¹³⁴, tendo sido seu pai homônimo senhor do Engenho do Monteiro, vereador de Olinda em 1666 e Juiz Ordinário em 1670¹³⁵. As datas parecem indicar, porém, que Maria pode ter sido (primeiramente) escrava do pai e não do filho. Pode-se imaginar também as vantagens de manter relações com estes sujeitos. É possível que Gonçalo e João tenham sido lavradores de cana no próprio Engenho do Monteiro, ou nos seus entornos. Categoria essa explorada por Stuart Schwartz, a qual os senhores de engenho dependiam de sua honestidade e lealdade¹³⁶. Possibilidade que justificaria algumas das relações construídas. Como, por exemplo, o nascimento de três gerações seguidas oriundas de Álvares Lima no mesmo engenho. O que pode ser compreendido também a partir do conceito de "casa", que tomando como base uma unidade de poder (econômico, político, patriarcal), passa a englobar parentelas, criadagens e até mesmo "escravaria", no Brasil¹³⁷. Dessa forma, estariam todos inclusos em

126 Francisco Monteiro Bezerra, I... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Francisco-Monteiro-Bezerra-I/6000000014102645478> . Acesso em: 11. fev. 2020.

127 Engenhos de Pernambuco... Disponível em: <http://engenhosdepernambuco.blogspot.com/p/engenhos-com-letra.html> . Acesso em: 11. fev. 2020.

128 Francisco Monteiro Bezerra, II... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Francisco-Monteiro-Bezerra-II/6000000014102796852> . Acesso em: 11. fev. 2020.

129 Sgt-Mor Nuno Camello, senhor da Casa de São Pantaleão, <https://www.geni.com/people/Nuno-Camello-senhor-da-Casa-de-S%C3%A3o-Pantale%C3%A3o/6000000068757974904>, Acesso em: 11. fev. 2020.

130 Antônio José Victoriano Borges da Fonseca, *Nobiliarquia Pernambucana*, Série C, volume 819, Coleção Mossorense, 1992.

131 Evaldo Cabral de Mello, *O bagaço da Cana: Os engenhos de cana de açúcar do Brasil Holandês*, Penguin, Companhia das Letras, 2012, p.48.

132 João Álvares Lima..., <https://www.geni.com/people/Jo%C3%A3o-%C3%81lvares-Lima/6000000102055406870>, acesso em 09/10/2020.

133 João Ribeiro Pessoa... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Jo%C3%A3o-Ribeiro-Pessoa-Adm-Vinc-Capela-S-Pantaleao/6000000081301419158> . Acesso em: 04/11/2020.

134 Fábio Arruda de Lima, *62 - Engenho Monteiro – sob a Invocação de São Pantaleão*, [S.l.:s.n.], [20--?].

135 João Ribeiro Pessoa... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Jo%C3%A3o-Ribeiro-Pessoa-Vinculo-do-Eng-Monteiro/6000000013005449011> . Acesso em: 04/11/2020.

136 Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p.247-261.

137 João Fragoso; Carla Maria de Almeida; Antônio Carlos Sampaio, *Conquistadores e negociantes: histórias*

uma rede de solidariedades, dentre deveres e benefícios.

Aqui, cabe uma inferência em relação ao sobrenome Álvares da Fonseca de Vicente e Manoel. Visto que sua mãe é desconhecida, pode-se admitir três possibilidades em relação a sua composição. Uma primeira, de que o “Álvares” teria vindo do seu bisavô João Álvares Lima e o “da Fonseca” (por alguma razão) do cunhado de seu pai, o madeirense Antônio da Fonseca Baião¹³⁸. Uma segunda, na qual o “da Fonseca” viria por suposto parentesco de sua mãe com Manuel da Fonseca Jaime (c.1660-?), que depois de ter sido capitão em Olinda foi governador do Ceará em 1715. Este, através de seu casamento com Maria do Carmo de Proença, filha do mestre de campo Manuel Lopes Galvão (detentor de uma extensa lista de serviços prestados) é reconhecido como um dos pilares dos ramos fonsecas brasileiros¹³⁹. Um dos filhos do casal, Cipriano Lopes da Fonseca Galvão¹⁴⁰, foi inclusive casado com uma neta de Maria de Gouveia Serpa. A terceira possibilidade, é que o sobrenome teria sido oriundo diretamente da mãe, a qual pertenceria a algum ramo descendente de João Álvares da Fonseca.

6 – Considerações finais

O presente trabalho não possui o objetivo de ser apenas uma “compilação aleatória” de Fonsecas. A suspeita inicial de que se tratava de um único tronco, depois de acesso a uma bibliografia mais ampla e novas fontes revelou a presença de na realidade três vertentes. Fato que ao invés de atrapalhar a investigação, acabou por enriquecer a mesma, mantendo ainda assim seu foco central. O recorte temporal presente no título se refere à mercê recebida por Francisco Álvares da Fonseca em 1602 e à concessão de sesmaria em 1735 ao padre Manoel Álvares da Fonseca (a qual, inaugura as doações de terras entre sua família). Também durante a mesma década de 1730, o Manoel Álvares do Rio de Janeiro ainda se movimentava em postos militares. As balizas temporais portanto, servem para os três troncos tomados como objeto. A transição entre os séculos XVII e XVIII se mostra também relevante para historiadores que se debruçam sobre o tema da Nobreza da Terra. Casos de Ronald Raminelli, Thiago Krause, João Fragoso e Fernanda Bicalho.

Os três ramos deste artigo expõem os diferentes níveis em que tal conceito tenta abranger. Nos mais altos, requisições como as do Hábito da Ordem de Cristo sobretudo durante e após a Guerra Holandesa. Nos mais baixos, a posse de terras de sesmaria, patentes de tropas auxiliares ou ordenanças e engenhos se proliferaram entre indivíduos que por vezes aparentados com africanos ou índios, não deixaram de demonstrar o esforço de para além de enriquecer, se “diferenciar socialmente”. Os meios utilizados se mostram semelhantes, pautados na lógica do serviço e sua remuneração, e muitas vezes na antiguidade de seus ancestrais, contemporâneos nos momentos de conquista seja contra os holandeses,

de elites no Antigo Regime nos trópicos: América lusa, séculos XVI a XVIII, Editora Record, 2007, p.15.

138 O que pode até mesmo ter sido o caso de Antônio Dias de Gouveia ter se casado com alguma sobrinha desconhecida, filha de Fonseca Bayão e sua irmã Maria de Gouveia. Evaldo Cabral de Mello afirma como na segunda metade do século XVII generalizaram-se alianças da açucarocracia entre primos, ou tios e sobrinhos.

139 Além de ser ascendente de Manuel Deodoro da Fonseca (1827-1892).

140 Cipriano Lopes da Fonseca Galvão... Disponível em: <https://www.geni.com/people/Cipriano-Lopes-da-Fonseca-Galv%C3%A3o/6000000014654126332> . Acesso em: 09/10/2020.

franceses ou índios.

Através do levantamento e análise de fontes realizado neste artigo, mesmo arriscando cair em generalizações e riscos que a pesquisa genealógica impõe, se acredita ter alcançado resultados relevantes como um estudo da formação da elite colonial brasileira.